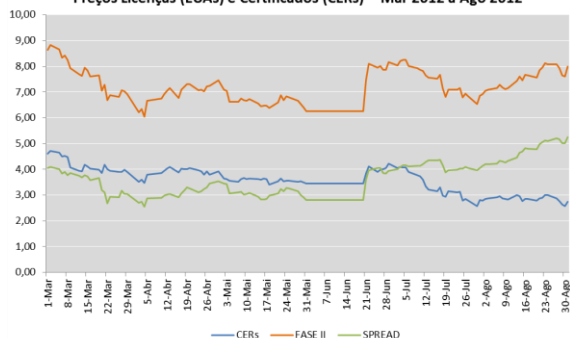


Preços Licenças (EUAs) e Certificados (CERs) - Mar 2012 a Ago 2012



valores em €	31-Ago	MoM	%
EUA Spot	7,99	1,13	16,5%
Fut 2012	8,08	1,15	16,6%
Fut 2013	8,50	1,12	15,2%
Fut 2014	9,04	1,23	15,7%
CERs Spot	2,74	-0,06	-2,1%

	31-Ago	%
UK Gas (GBP p/th)	58,91	6,7%
Carvão (API2 USD/t)	90,25	-5,0%
Brent (USD/barrel)	114,57	9,20%
Crude (USD/barrel)	96,47	9,6%
German Baseload	49,05	0,62%

## Mercados de CO<sub>2</sub>

O preço spot das Licenças de Emissão (EUAs) encerrou o mês a €7,99 , 16,5% acima do mês passado.

Foram vários os motivos que impulsionaram uma subida gradual dos preços ao longo do mês:

- As notícias do relatório de emprego nos Estados Unidos. De acordo com o Departamento do Trabalho dos EUA, a economia norte-americana criou 163.000 postos de trabalho em Julho, consideravelmente acima das projecções de criação de 95.000 vagas, e o número mais elevado desde Fevereiro;
- Apesar da reacção negativa inicial ao discurso de Mario Draghi, os investidores mostraram algum optimismo de que o programa de compra de obrigações do BCE se pudesse equiparar às iniciativas de expansão monetária promovidas nos EUA e no Reino Unido. Além disso, a Grécia e a *troika* concordaram acerca da necessidade de ser reforçado o esforço da política económica para que seja possível ao país atingir as metas a que se propôs e cumprir o acordado; (cont. pág. 2)

## A caminho de Doha

Até ontem, dia 5 e desde dia 30 de Agosto, os delegados de mais de 190 países estiveram reunidos em mais uma conferência da Convenção Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas em Bangucoque, na Tailândia para sessões informais dos diversos grupos de trabalho. (cont. pág 2 e 3)

## Comércio de Emissões Europeu e Australiano unidos

A 28 de Agosto, a Austrália e a União Europeia (UE) anunciaram a ligação entre os dois sistemas de Comércio de Emissões. O calendário foi claramente definido e a 1 de Julho de 2018 os dois sistemas irão, mutuamente, reconhecer as licenças de emissão de cada um dos intervenientes. É esperado que o impacte mais significativo desta ligação sejam uma maior confiança do mercado de carbono e a consistência do preço no longo prazo.

(cont. pág.3 e 4)

## Mercados de CO<sub>2</sub> (cont.)

- A subida de preço da energia alemã embora se mantenham as preocupações em relação ao excesso de oferta a longo prazo;
- O apoio do partido liberal da Austrália a um possível segundo período de compromisso do Protocolo de Quioto;
- Ultrapassada a barreira psicológica dos 8 euros, o crescente optimismo nos mercados de energia e o esforço dos países da UE para combater a crise da dívida da zona euro, principalmente com a possibilidade do Banco Central Europeu tomar medidas para aliviar os custos dos empréstimos espanhóis e italianos;
- A expectativa de que a Reserva Federal Americana possa voltar a comprar dívida pública para impulsionar o consumo e o investimento.

No entanto, para alguns analistas de mercado, o principal *driver* em Agosto foi mesmo o facto do preço da energia subir. Devido às temperaturas altas, os industriais venderam electricidade e compraram carbono.

Entretanto a Austrália anunciou a intenção de ligar o seu Esquema de Comércio de Emissões ao da Europa em 2015, cancelar o seu preço mínimo para licenças de CO<sub>2</sub> e limitar o acesso a compensações da ONU para as empresas reguladas pelo seu mercado de *cap-and-trade*. Esta seria a primeira união de dois dos principais mercados de comércio de emissões. O Ministro para as Alterações Climáticas disse aos jornalistas que, quando o país lançar o seu regime de comércio de emissões a 1 de Julho de 2015, os emissores vão ser autorizados a utilizar licenças da UE (EUAs) para atingirem metade das suas metas de CO<sub>2</sub>, com o esquema australiano a abrir-se para os compradores da UE três anos depois.

Os analistas referem que os planos da Austrália para *linkar* o seu regime de comércio de emissões com o da Europa poderá aumentar a procura por licenças da UE em 5% e proporcionar algum alívio nos preços que caíram 50% desde Maio de 2011.

Já perto do final do mês recomeçaram as negociações internacionais, em Bangucoque, e aproximadamente 50 das nações mais pobres do mundo, disseram que as promessas feitas pelos países ricos para fornecer fundos para ajudá-los a adaptar-se às alterações climáticas estão a ser ignoradas.

O grupo de países, na maioria africanos, referiram que as negociações lançadas em 2007 para encontrar um sucessor para o Protocolo de Quioto não devem terminar sem as nações mais ricas prometerem apoio financeiro para ajudar a lidar com o aumento do nível do mar causado pelas alterações climáticas.

As tradicionais nações industrializadas, como a UE, os EUA e o Japão querem fechar as negociações, que falharam em 2009, para produzir um pacto legalmente comprometedor para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa a partir do próximo ano.

Maria João Ramos

Comunicação

[mramos@ecoprogresso.pt](mailto:mramos@ecoprogresso.pt)

## A caminho de Doha (cont.)

Esta ronda negocial é a última antes da próxima Conferência das Partes, que se irá realizar em Doha, Qatar entre os dias 26 de Novembro e 7 de Dezembro e estão em causa diversos desafios para os negociadores após os acordos alcançados em Durban sob o princípio de responsabilidades comuns mas diferenciadas, entre os quais:

- Estabelecer as regras do segundo período de cumprimento do Protocolo de Quioto (PQ2) para os países desenvolvidos, que terá início já em Janeiro de 2013.
- Continuar os trabalhos para uma visão partilhada de um compromisso de acção no longo prazo (conhecida como LCA)
- Até 2015 a nova Plataforma de Durban para uma Acção Reforçada terá de desenhar as regras do novo instrumento com força legal para uma acção mais rápida.

Quanto ao PQ2 ainda “existem diferenças de opinião” entre os vários países, nomeadamente quanto ao período temporal que irá durar<sup>5</sup>.

A visão partilhada para um compromisso de acção no longo prazo (conhecida como LCA) implica concordar num objectivo global quantificado numa altura em que se assume um pico nas emissões de carbono. Segundo uma nota de imprensa, o progresso foi “significativo” com “planos para um novo mecanismo de mercado ou outro possível de forma a catalisar a cooperação internacional na acção climática”<sup>5</sup>.



## A caminho de Doha (cont.)

De acordo com o documento partilhado pelo responsável do grupo de trabalho (AWG-LCA), ainda há diversas opções a serem consideradas no horizonte temporal até 2050: desde metas meramente indicativas até metas operacionais/vinculativas, desde um mecanismo para encontrar o valor da meta até aquilo que for necessário para que a temperatura considerada segura não seja atingida. Ou seja, as divergências, opções e incertezas ainda são muitas e vão ainda ser necessárias longas discussões e muitas cedências para que o mesmo caminho seja seguido por todos na prossecução dos trabalhos. As dificuldades sentidas neste processo de decisão e a ambição necessária são bem claras na nota do responsável por estas reuniões:

*"In light of the short time remaining for negotiations, Parties should be moving beyond fixed positions and working together to explore compromise solutions. It is important to harvest emerging agreement on as many issues as possible, and to leave the Bangkok session with a draft outcome text that brings together the different elements in an advanced stage that allows the AWG-LCA, at its resumed session in Doha, to proceed successfully and finalize the text on the AWG-LCA outcome for adoption by the COP."*<sup>3</sup>

Relativamente às metas de redução que têm vindo a ser assumidas existem ainda muitas reservas quanto à comparabilidade de esforços<sup>1</sup>.

O grupo criado em Durban para a acção reforçada começou já os trabalhos no design da arquitectura do novo tratado global sendo que o responsável por este grupo se encontra confiante na base de trabalho construída e constatou um sentimento de confiança neste processo por parte dos diversos países presentes<sup>5</sup>.

Quanto ao financiamento climático em adaptação, tão necessário nos países em desenvolvimento para reduzirem a sua vulnerabilidade, não houve avanços concretos mas crescem as expectativas em como pelo menos a Europa, a Austrália, o Japão e o Canadá terão já orçamentos que poderão ser assumidos no Qatar<sup>1</sup>.

Há já demasiado gelo a derreter<sup>4</sup> pelo que Doha tem uma agenda ambiciosa pela frente, mas apesar das dificuldades reconhecidas para o consenso político, Christiana Figueres, secretária executiva da CQNUAC ficou satisfeita com os trabalhos e optimista quanto ao futuro.



"The investment in Bangkok has paid off. Government negotiators have pushed forward key issues further than many had expected and raised the prospects for a next successful step in Doha,"<sup>5</sup>

1-<http://pt.scribd.com/doc/104935054/ECO-Bangkok-Climite-Negotiations-September-5-2012>

2-  
[http://unfccc.int/files/adaptation/application/pdf/infomal\\_overview\\_note5sep12.pdf](http://unfccc.int/files/adaptation/application/pdf/infomal_overview_note5sep12.pdf)

3-  
[http://unfccc.int/files/meetings/bangkok\\_aug\\_2012/application/pdf/awglca\\_infonotebkk\\_240812.pdf](http://unfccc.int/files/meetings/bangkok_aug_2012/application/pdf/awglca_infonotebkk_240812.pdf)

4-<http://ecosfera.publico.pt/noticia.aspx?id=1560688>

5-  
[http://unfccc.int/files/press/press\\_releases\\_advisories/application/pdf/20120905\\_pr\\_awg-bkk\\_close.pdf](http://unfccc.int/files/press/press_releases_advisories/application/pdf/20120905_pr_awg-bkk_close.pdf)

Ana Martins  
Coordenadora  
[amartins@ecoprogresso.pt](mailto:amartins@ecoprogresso.pt)

## Comércio de Emissões Europeu e Australiano unidos (cont.)

Do lado australiano, e começando a partir de 1 de Julho de 2015, as licenças de emissão do CELE irão ser aceites e o preço mínimo de AUD 15 (12,16 €) que estava previsto para o mecanismo Australiano será cancelado. É permitido às empresas Australianas a compra de até 50% de créditos provenientes do mercado internacional, dos quais apenas 12,5% provenientes do Protocolo de Quioto das Nações Unidas, incluindo CERs (Certified Emission Reductions), ERUs (Emission Reduction Units) e eventualmente créditos de REDD (Reducing Emissions from Deforestation and Forest Degradation).

Por outro lado, por parte das empresas Europeias abrangidas pelo CELE, a compra de créditos do mecanismo de Comércio de Emissões Australiano apenas terá início em 2018.

A ligação é apoiada por vários acordos-chave: reconhecimento mútuo da contabilização das emissões de carbono; reporte e verificação de especificações; qualificações para terceiros; projectos de compensação de carbono no uso de solo doméstico; fuga de carbono devido à concorrência industrial; sistema comparável de regulação de mercados na UE e Austrália.

## Comércio de Emissões Europeu e Australiano unidos (cont.)

Comparando com o claro calendário para ligação do sistema de Comércio de Emissões entre a UE e a Austrália, a situação chinesa ainda não é clara. O sistema de comércio de emissões de carbono chinês ainda está em fase piloto, sendo que o mecanismo maduro nacional ainda não foi formado e a sua cautelosa abordagem é esperada para os próximos anos. Contudo, os responsáveis políticos chineses têm procurado um plano viável para a ligação com outros países ao nível do mercado de carbono. Esta atitude irá claramente promover o desenvolvimento do sistema de monitorização e certificação em conformidade com as normas internacionais, bem como uma consideração abrangente para os mecanismos de compensação, fuga de carbono e outras questões inter-regionais.

Shen Ying  
Consultora

[sying@ecoprogresso.pt](mailto:sying@ecoprogresso.pt)

## Como estão as nossas organizações a lidar com os Impactos Climáticos em Portugal?

A ideia surgiu em Maio deste ano. Na altura de celebrar o dia dos impactos climáticos, no passado dia 5/5/2012, fizemos esta pergunta e lançámos uma iniciativa que visou obter mais conhecimento sobre a forma como as organizações portuguesas estão a lidar com os impactos climáticos.

Partindo de um estudo desenvolvido pelo departamento governamental do Reino Unido à realidade portuguesa, preparámos e divulgámos pelos nossos contactos e pelo facebook uma lista de 7 perguntas. O nosso questionário esteve disponível nestes últimos 3 meses e partilhámos nesta econews os resultados das 67 respostas obtidas.

A maioria dos participantes neste inquérito ocupa cargos de direcção e administração (46%) ou pertencem a equipas técnicas (34%) e são oriundos de empresas maioritariamente ligadas ao sector industrial (21%), serviços (18%), comércio e retalho (13%) e energia (10%).

Quanto à ocorrência de impactos directos relativos a eventos climáticos extremos e inesperados no seu negócio nos últimos 2 a 3 anos, 31% dos inquiridos respondeu que não foram sentidos nenhuns, 30% reportaram alterações ligeiras, 25% não reportaram qualquer alteração e 12% notaram um aumento significativo.

Quanto às expectativas para os próximos 5 anos, são na generalidade pessimistas, sendo que a maior parte dos inquiridos esperam um aumento ligeiro (37%), nenhum impacto (19%), sem alteração (19%) e por fim 15% esperam um aumento significativo.

Relativamente à preparação considerada necessária para fazer face aos eventos climáticos nos próximos 5 anos, o gráfico seguinte apresenta as diversas acções a implementar (ou já em curso) nas organizações que participaram no nosso inquérito. As 4 acções mais votadas, foram a adaptação das operações físicas (18%), a incorporação das alterações climáticas na gestão do negócio (16%) ou na avaliação de risco ambiental (16%) e adaptar as próprias operações (15%) de forma a lidar melhor com os impactos esperados.

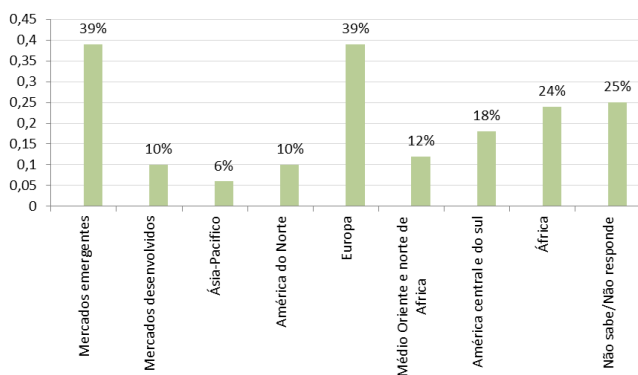


Quanto ao principal foco e motivação para a adaptação nas organizações portuguesas inquiridas, a maior parte privilegia a gestão de risco (39%), sendo que a exploração de novas oportunidades comerciais recebeu menos votos (13%) e a conciliação destes dois factores 34%

Em termos de oportunidades noutros mercados, os 3 tipos de mercados/regiões que mais se destacam são a Europa (39%) e mercados emergentes (39%), África (24%) e América Central e do Sul (18%).



## Como estão as nossas organizações a lidar com os Impactos Climáticos em Portugal? (cont.)



A Ecoprogresso agradece a todas as organizações que contribuíram na resposta a este questionário. Ficámos a saber um pouco mais da nossa realidade!

Ana Martins

Coordenadora

[amartins@ecoprogresso.pt](mailto:amartins@ecoprogresso.pt)

## Aviso SGCIE: Incentivo à Promoção da Eficiência Energética “AVISO 02-FEE-SGCIE-2012”

Em Maio deste ano foi criado o Fundo de Eficiência Energética (FEE) que objectiva o incentivo da eficiência energética, por parte dos cidadãos e das empresas, o apoio de projectos de eficiência energética e a promoção da alteração de comportamentos nesta área. Através do FEE e mediante a abertura de concursos específicos, pretende-se apoiar projectos, nas áreas dos transportes, habitação, serviços, indústria e serviços públicos, que contribuam para a redução do consumo final de energia, de modo energeticamente eficiente e otimizado.

Neste sentido, no passado mês de Agosto foram abertas candidaturas no âmbito do FEE para operadores de instalações abrangidas pelo Acordo de Racionalização dos Consumos de Energia (ARCE) no campo de acção do SGCIE – Sistema de Gestão dos Consumos Intensivos de Energia.

Este último aplica-se às instalações consumidoras intensivas de energia com consumos superiores a 500 tep/ano, resultando da revisão do Regulamento de Gestão dos Consumos de Energia (RGCE), uma das medidas constantes do Plano Nacional de Acção em Eficiência Energética (PNAEE).

Esta acção apoiará então medidas inseridas no PNAEE com a designação “Programa para a Energia Competitiva da Indústria”. Servirá para operadores de instalações abrangidas pelo ARCE no âmbito do SGCIE, nomeadamente no apoio à realização de auditorias energéticas e na instalação de equipamentos e sistemas de gestão e monitorização dos consumos de energia.

Os incentivos a conceder, referidos no artigo 12º do Decreto-Lei Nº71/2008 de 15 de Abril, dizem respeito às seguintes categorias:

**Categoria 1** - Ressarcimento de 50% do custo das auditorias energéticas obrigatórias para operadores com consumos anuais inferiores a 1000 tep/ano;

**Categoria 2** - Ressarcimento de 25% dos investimentos realizados em equipamentos e sistemas de gestão e monitorização dos consumos de energia.

**Nota:** No caso das instalações que consumam apenas gás natural e/ou renováveis para além da energia eléctrica, os limites previstos anteriormente são majorados em 25% no caso das renováveis e 15% no caso do gás natural. Caso existam as duas fontes energéticas referidas será considerada a majoração da mais predominante.

O prazo para a apresentação de candidaturas são as 18 horas do dia 28 de Setembro de 2012. A data e hora de entrada das candidaturas são as do registo que comprova a submissão do formulário ao sistema de informação e gestão do FEE.

As candidaturas devem prever a duração máxima de 12 meses para a respectiva execução, no período que medeia entre a data de celebração de contrato de financiamento e a data de apresentação do relatório final da operação, nos termos em que este venha a ser exigido pela Comissão Executiva do PNAEE.

Para mais informações, e tendo em conta a proximidade do prazo para as entidades que têm a oportunidade de se proporem a esta iniciativa, basta consultar o site da ADENE, onde estão disponíveis os documentos para candidatura:

<http://fee.adene.pt/avisos/Paginas/Aviso-SGCIE.aspx>

Marina Alves

Consultora

[malves@ecoprogresso.pt](mailto:malves@ecoprogresso.pt)

## Código de ética carbonfree:

O carbonfree selecciona projectos que garantem uma **efectiva redução de carbono da atmosfera**. Os nossos requisitos para a selecção de créditos estão em linha com o definido pelo International Carbon Reduction and Offset Alliance (ICROA):

**Adicionais** - o projecto não existiria caso não houvesse o retorno dos créditos de carbono. Por outro lado essa redução não estava já planeada nas políticas existentes;

**Mensuráveis** – a quantidade reduzida de emissões é determinada de acordo com métodos adoptados internacionalmente;

**Permanentes** – as reduções de emissões (ou sequestro no caso de projectos florestais) é irreversível. Para projectos de florestação tem de ser demonstrado que a floresta sobrevive pelo menos 30 anos.

**Verificáveis** – todos os projectos apoiados pelo carbonfree são monitorizados e verificados por uma entidade independente que certifica de acordo com os requisitos locais e específicos do sector em causa;

**Contribuição para o desenvolvimento local** – são seleccionados créditos de projectos que, preferencialmente, promovem o desenvolvimento sustentável nas comunidades locais. Isto pode ser feito, por exemplo, através da melhoria da biodiversidade local, criação de empregos, assegurar acesso a energia, melhorar as condições de vida e de saúde.

## Carbonfree em Setembro:

- Curso de Verão "Energetic & Frenetic - The Art of Sustainability" organizado pela BEST Lisboa, entre os dias 1 e 15 de Agosto
- Summer Lab'12 "Arte, Alterações Climáticas e Desenvolvimento Sustentável" organizado pela Transforma, a realizar-se entre os dias 5 e 9 de Setembro em Torres Vedras
- Conferência de Mobilidade Urbana "Das Novas Tecnologias à Eficiência dos Sistemas", promovida pelo Jornal Arquitecturas, a realizar no dia 18 de Setembro no MUDE - Museu do Design e da Moda, Lisboa

## Publicações Carbonfree:

- Edição Especial Verde do Diário Económico, nas bancas no dia 19 de Setembro



**NOTA: Os textos desta newsletter não foram escritos de acordo com o novo acordo ortográfico.**

A Ecoprogresso é uma empresa:



Para mais informações contacte:

Maria João Ramos | Departamento de Comunicação  
mramos@ecoprogresso.pt  
T +351 217 981 210



Para Trading de Licenças contacte:

Front Office  
frontoffice@ecotrade.pt  
T +351 217 981 212